

Professor, qual a minha cor? Construção da identidade através do ensino de música afro-brasileira em uma escola particular

Valnei Souza Santos

Universidade Federal da Bahia
valneisouza2002@hotmail.com

Flavia Candusso

Universidade Federal da Bahia
flaviacandusso@gmail.com

Resumo: "Professor, qual a minha cor?" foi a pergunta que um aluno me fez durante a realização de um projeto sobre música dos Blocos Afro com turmas do 1º, 2º e 3º ano de uma escola particular de Ensino Fundamental 1 na cidade de Salvador (BA). Em 2003, foi promulgada a Lei 10.639 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira, mas até hoje são poucas as escolas que se preocupam com a sua implementação. Geralmente, há iniciativas pontuais realizadas por professores, muitas vezes, negros, engajados com os princípios da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) (SILVEIRA, 2013). Na escola onde leciono não foi diferente. O objetivo deste texto pretende descrever e discutir sobre a concepção, planejamento, execução e repercussão do projeto que realizei durante o ano letivo de 2014 e que buscou trazer as questões da cultura e da música afro-brasileira para dentro da sala de aula. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para as Relações Étnico-Raciais, bem como autores como Sodré (2010), Araújo (2002) fundamentaram o trabalho. Os resultados apontam que as crianças tiveram uma grande identificação com o projeto, que se repercutiu na escola como um todo.

Palavras chave: Lei 10.639/2003, Música afro-brasileira, Educação das relações étnico-raciais.

Introdução

Minha prática como professor de música totalmente inserido na dinâmica escolar da rede particular da cidade de Salvador e meu comprometimento com a afirmação da cultura afro-brasileira me despertaram várias inquietações geradas, de um lado, pela constatação de que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 continuam sem uma real implementação e, do outro, pelo questionamento sobre quais caminhos eu poderia trilhar nas aulas de música para aproximar as crianças da cultura afro-brasileira local.

Apesar de as secretarias municipal e estadual de educação ter promovido formação continuada para professores, produzido materiais didáticos, a história e as culturas africana, afro-brasileira e indígena continuam ausentes no dia a dia escolar. São somente lembradas nas datas comemorativas como o dia do índio, da cultura, da consciência negra. Se tornam, eventualmente, uma prática isolada de algum professor, geralmente negro, comprometido com a causa. "São poucas iniciativas de aplicação da norma, tocadas por educadores geralmente negros já engajados com o debate", afirma Silveira (2013, s/p) e cita o depoimento de uma professora, que ressaltou que "Não tem uma disposição do coletivo de professores ou mesmo da gestão da escola em implementar a lei e tornar esse um conteúdo estruturador do currículo e do projeto político-pedagógico, da escola" (SILVEIRA, 2013, s/p) Em uma entrevista publicada na revista digital Carta na Escola com Amílcar Araújo Pereira, professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Gregório (2003) sintetiza: "história negra, escola branca".

O objetivo desse texto, portanto, é conduzir uma reflexão sobre as Leis mencionadas, bem como relatar e discutir uma experiência realizada com música de blocos afro com alunos do 1º, 2º e 3º ano de uma escola particular de Ensino Fundamental 1 na cidade do Salvador durante o ano letivo de 2014.

A escola e as leis 10.639/03 e 11.645/08

A escola tem como objetivo desenvolver a capacidade de aprendizagem, aquisição de conhecimentos, habilidades e valores fazendo uso do seu espaço democrático, tornando-se assim uma grande ferramenta na socialização dos indivíduos. Como afirma Libâneo,

A escola é vista como uma organização política, ideológica e cultural em que indivíduos e grupos de diferentes interesses, preferências, crenças, valores e percepções da realidade mobilizam poderes e elaboram processos de negociação, pactos e enfrentamentos (LIBÂNEO, 1996, p. 168).

Dentro deste espaço de socialização os alunos deveriam desenvolver o senso crítico e aprender valores éticos, ampliando os horizontes culturais e suas experiências numa perspectiva multicultural. Segundo o autor, "a vida social implica na vivência da educação

pelo convívio, pela interação entre as pessoas, pela socialização das práticas, hábitos e valores que produzem a vida humana em sociedade” (LIBÂNEO, 1996, p. 168). Entre os aspectos inerentes à escola, ela deve ser vista como espaço democrático capaz de agregar valores ao debater temáticas que contemplam a grande diversidade de costumes, hábitos e reflexos culturais trazidos por aqueles que a integram.

O ambiente escolar é diverso, entretanto em vários aspectos mantém uma visão eurocêntrica, muitas vezes monocultural, não respeitando a grande diversidade de gênero, sexo, religião, classe social, raça e etnia existentes em seu espaço (MUNANGA, 2004). A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo oficial da educação básica, e a Lei 11.645/08, que altera a Lei 10.639/03 acrescentando a temática indígena à afro-brasileira, buscam garantir no currículo a presença das culturas dos povos indígenas, originários da terra, e dos povos africanos trazidos durante a colonização através do tráfico escravo, que foram responsáveis junto às culturas europeias pela constituição da cultura brasileira atual.

No documento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana consta que: “Aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira” (BRASIL, 2004, p. 18).

A escola, enquanto espaço de socialização, de desenvolvimento de novas capacidades, de apropriação de novos conhecimentos, de habilidades e de valores não pode ser mais uma responsável pela reprodução de padrões e comportamentos que reforçam atitudes discriminatórias e preconceituosas. “A escola é vista, aqui, como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”, afirma Gomes (2003, p. 170). Desta forma, torna-se também corresponsável pelo fracasso escolar das crianças negras e indígenas ao silenciar e negar suas culturas. Conforme afirmam Oliveira, Souza e Moura (2012, p. 3) ao citarem Souza e Batista (2010),

Os estudos realizados pelas pesquisadoras Abramowicz (2006), Cavalleiro (2000 e 2001) e Gomes (2005 e 2006), também apontam que a escola, enquanto agente de transformação social, permite através de seu silêncio que culturas tais como a negra e a indígena sejam negadas, contribuindo assim para o fracasso escolar de crianças negras e a construção de sentimentos de inferioridade. Esses aspectos podem ser percebidos quando a escola não traz no seu Projeto Político Pedagógico e no seu currículo conteúdos e elementos que façam os estudantes perceberem a existência e a valorização de culturas não-brancas, como exposições de fotografias, cartazes com imagens de pessoas negras ou leituras de histórias que não mostrem os negros apenas na perspectiva escravocrata ou abolicionista (SOUZA; BATISTA, 2010, p. 2 apud OLIVEIRA; SOUZA; MOURA, 2012, p. 3).

Pensando nessas questões, é essencial que o ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena se faça presente no universo escolar em todas as disciplinas, pois a abrangência do seu legado é componente básico para o entendimento da real conjuntura da sociedade brasileira na contemporaneidade. A instituição escolar, portanto, exerce papel preponderante na busca pela reflexão dos seus educandos quanto à necessidade de análise do Brasil como um país multicultural devido às diversas heranças deixadas pelos povos que aqui coexistiram, especificamente, os negros oriundos da África e os povos indígenas.

A Lei 10.639/03 e a música afro-brasileira

"Não há comemoração ou evento significativo na vida individual ou social de qualquer povo do qual a música não tome parte de maneira relevante, instaurando um espaço de integração e transcendência não alcançado nem traduzido por nenhum gesto ou palavra" constata Carlos Kater (2012, p. 42) ao buscar responder à pergunta "por que música na escola?". Música como uma necessidade de expressão que acompanha a humanidade desde seus primórdios. Enquanto elaboração social e cultural aproxima as pessoas permitindo um diálogo direto entre elas, e é através dela que é possível conhecer, aprender e vivenciar novas culturas. A arte transforma e permite enxergar o mundo a partir de uma perspectiva diferente, ao ampliar as possibilidades de perceber o universo cultural, enriquecendo a diversidade e pluralidade das manifestações culturais existentes nos espaços. A partir dessas afirmações podemos pensar de que forma o ensino das artes, mais especificamente da música, pode contribuir com o processo de construção e desconstrução

dos saberes do educando no âmbito de sua formação ética e cidadã, estimulando valores de respeitabilidade às especificidades culturais de outros povos, outras raças por meio de seu aprendizado, interferindo de forma positiva nas experiências de suas vivências e relações com a sociedade na qual está inserido. Como afirma Penna,

[...] A função do ensino de música na escola é justamente ampliar o universo musical do aluno, dando-lhe o acesso à maior diversidade possível de manifestações musicais, pois a música, em suas mais variadas formas, é um patrimônio cultural capaz de enriquecer a vida de cada um, ampliando a sua experiência expressiva e significativa. Cabe portanto, pensar a música na escola dentro de projeto de democratização no acesso à arte e à cultura (PENNA, 2008, p. 25).

O patrimônio cultural afro-brasileiro teve como principal componente para a sua construção, o processo de invenção e reinvenção do legado de seus ancestrais africanos. O encontro das chamadas culturas negras no “novo Mundo” percorreu caminhos diversos trazendo respostas imprevisíveis. A mão negra modificou e recriou o mundo apresentado pelo colonizador branco, construindo – e não contribuindo – o que denominamos nos dias atuais por cultura afro-brasileira. A subjetividade dos saberes africanos, que norteiam e caracterizam principalmente a religiosidade desse povo, é um ingrediente notório e de grande relevância na construção do modo de viver afro-brasileiro. Segundo o antropólogo Souza,

O patrimônio cultural afro-brasileiro pode ser chamado também de elemento fundante da própria humanidade se assumir que o Continente africano não somente nos legou as primeiras pessoas, mas também a medicina, a tecnologia, as universidades, filosofia, etc., diferentemente do que acostumamos a ouvir até certo tempo atrás. Essa é uma história que precisamos contar (SOUZA, 2005, p. 48)

A grande diversidade cultural existente no Brasil nos garante muitas possibilidades ao depararmos com as mais variadas manifestações culturais e artísticas frutos do legado deixado pelos africanos e indígenas que viveram e contribuíram com a construção da cultura brasileira. "A contribuição dos negros para a música das Américas é quase imensurável. Por onde passaram transmutaram as práticas, o pensar e o sentir dos povos, transmitindo

inebriante vibração e vivência dinamo-gênica do ritmo que nos arrasta e envolve" consta na apresentação do livro "Música africana na sala de aula" (SODRÉ, 2010, p. 8). Para ilustrar esse legado cultural deixado pelos africanos podemos usar o samba, que simboliza um dos tantos exemplos do patrimônio cultural brasileiro, que provavelmente surgiu a partir da base rítmica do Massemba, dança de umbigada angolana (LODY, 2006 p.44). O samba é uma manifestação cultural que se faz presente em muitas partes do Brasil com suas variações regionais como: samba duro, samba reggae, samba-de-roda, samba-de-violão, coco solto, samba de partido, samba chulado ou samba chula, entre outras variantes.

Os Blocos Afro representam outro legado muito relevante para a cultura soteropolitana, pois a partir de 1975, começaram a afirmar que o negro era belo, inteligente e consciente, fato este que ao longo de três décadas estimulou mudanças de comportamento importantes para a população negra (ARAÚJO, 2002). Eles tiveram e têm ainda um papel muito importante na exaltação da influência africana, a valorização da beleza negra com a escolha de suas "deusas" como ocorre no bloco afro Ilê Aiyê ao eleger a Deusa do Ébano com seus padrões estéticos tipicamente africanos.

Os blocos afro na sala de aula

Ao longo do ano letivo de 2014 realizei o projeto "Que bloco é esse?" em uma escola de ensino fundamental I da rede particular localizada na região do Itagira, bairro de classe alta, com um alunado majoritariamente formado pelo segmento racial branco e de alto poder aquisitivo. Durante a execução do projeto, as crianças das turmas do 1º, 2º e 3º ano tiveram contato com a musicalidade de alguns blocos afro como: Ilê Aiyê, Olodum, Muzenza, Ôkambi, Malê Debalê, Cortejo Afro e Os Negões. As atividades foram realizadas através de discussões a partir da apreciação musical, exibição de vídeos, execução instrumental do ritmo samba reggae e da execução de canções. A prática musical permitiu a construção de uma relação mais próxima com a música negra feita na Bahia. A partir dessa vivência as crianças que não tinham contato direto com esse movimento musical e cultural, passaram a conhecer e valorizar a musicalidade desses blocos, percebendo a sua importância para a cultura baiana.

Durante o período de realização do projeto, surgiram alguns obstáculos sendo necessário criar estratégias para superá-los. Inicialmente a grande dificuldade foi conseguir os materiais necessários, ou seja 20 baldes, que só foram adquiridos na semana anterior à culminância do projeto, ou seja, 10 meses após minha solicitação. A direção da escola se manteve indiferente ao que acontecia na sala de música, se manifestando apenas quando o volume da música se tornava evidente. Diante das dificuldades que foram surgindo, a estratégia criada para dar seguimento ao projeto foi manter o anonimato, sem chamar muito a atenção da direção e coordenação da escola.

O trabalho foi realizado durante a rotina das aulas e as crianças acabaram se envolvendo cada vez mais, fazendo com que o projeto crescesse ao ponto de não caber mais na sala. Desta forma, continuamos nossas atividades nos corredores da escola. As músicas que eram cantadas durante as aulas começaram a ecoar contagiando toda a comunidade escolar. Muitas professoras ficaram surpresas com o movimento, algumas chegaram a achar que eu estava desafiando a direção da escola, já que nunca houve um movimento como esse antes.

Cada vez que eu ouvia palavras de apoio e percebia a identificação e o desejo de algumas professoras em participar do movimento, ficava cada vez mais convicto de que a minha "transgressão" estava sendo necessária e positiva. O envolvimento das crianças com a música dos blocos afro foi tão intenso que impossibilitou qualquer tentativa de embargo da direção. O desejo de concluir ou de chegar à culminância do projeto já não era apenas meu, e sim nosso.

Esse processo trouxe como contribuição para os envolvidos (alunos, professores e toda a comunidade escolar) a percepção de outros padrões estéticos e reflexões sobre a própria identidade. Através de questionamentos e afirmações das crianças como: "Professor qual é a minha cor?", "Meu bisavô era negro!", "Eu sou misto!", "Ela é tão linda! [deusa do ébano]", "Professor onde eu posso fazer aulas de balé afro?" foi possível perceber quanto a experiência mexeu com elas, despertando uma curiosidade em relação à sua origem e pertencimento ao universo exposto.

O retorno obtido foi muito além do esperado: ver o entusiasmo das crianças ao tocarem os tambores, cantando com toda empolgação as canções e gritando o refrão “Que bloco é esse? Eu quero saber, é o mundo negro que viemos mostrar pra você”¹, assim como também ver o envolvimento de toda comunidade escolar ao assistirem a culminância do projeto no pátio da escola cantando e dançando, especialmente os funcionários do apoio, em sua maioria negra, que expressavam em seu semblante um ar de contentamento, sentindo-se finalmente representados, foi algo impar.

Considerações Finais

Esta experiência me proporcionou uma reflexão sobre o valor que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 podem ter, indo além de uma obrigação legal. Enquanto professor, negro, me sinto comprometido e motivado em promover ações para que as crianças e colegas ao meu redor compreendam a importância e o papel da cultura afro-brasileira no ensino e aprendizagem tanto musical como geral. Foi possível perceber a eficácia que o ensino de música tem na proposta de afirmação e valorização da cultura africana e afro-brasileira, na construção de identidades e nas relações étnico-raciais dentro do universo escolar. Com base no que foi exposto ficou constatado que o ensino de música tem a seu favor muitas possibilidades para a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

¹ “Que bloco é esse?”: música composta por Paulinho Camafeu, que foi executada na primeira apresentação do Bloco Afro Ilê Aiyê no carnaval de 1975 na cidade do Salvador.

Referências

ARAÚJO, Zulu. *A influência dos blocos afro na formulação e implementação das políticas de ações afirmativas na cidade de Salvador*. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_RC_ST24_Araujo_texto.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação. identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GREGÓRIO, Rafael. História negra, escola branca. *Carta na escola*, ed . 81, de novembro de 2013 Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/246/historia-negra-escola-branca>>. Acesso em: 25 Abr. 2015.

KATER, Carlos. “Por que Música na Escola?”: algumas reflexões. In: JORDÃO, Gisele; ALLUCCI, Renata; MOLINA, Sérgio; TERAHATA, Adriana Miritello (coord). *A Música na Escola*. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012, p.42-45.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 14. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LODY, Raul Giovanni da Mota. *Atlas afro-brasileiro: cultura popular*. Salvador: Edição Maianga, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a África na escola brasileira? Conferência proferida no teatro da Casa do Saber de Camaçari no dia 30 mai. 2008. Disponível em: <http://www.capoeiravadiacao.org/attachments/250_Porque%20ensinar%20a%20C3%80rica%20na%20Escola%20Brasileira%20-%20%20kabengeleMunanga.pdf>. Acesso em: 20 nov 2013.

OLIVEIRA, Adja Motta de; SOUZA, Fabiana Leandro de; MOURA, Deyse. Identidade racial na educação infantil: o que pensam as professoras acerca da educação das relações raciais e da construção de uma autoimagem positiva da criança negra? 2012. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2012.2/identidade%20racial%20na%20educacao%20infantil.pdf> Acesso em: 28 mar. 2015.

PENNA, Maura. *Música(s) e seu ensino*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SILVEIRA, Daniela. Ensino da cultura afro-brasileira depende nas escolas depende de "boa vontade". 2013. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/12114-ensino-da-cultura-afro-brasileira-nas-escolas-depende-de-boa-vontade>> Acesso em: 10 abr. 2015.

SODRÉ, Lilian Abreu. *Música africana na sala de aula: cantando, tocando e dançando nossas raízes negras*. São Paulo: Duna Dueto, 2010.

SOUZA, Vilson Caetano Jr. Patrimônio cultural afro-brasileiro. *Revista Palmares*, Brasília, ano 1, n.2, dez 2005, p. 47-49.